

## **Dobrar a renda per capita: notas sobre o debate**

Marcelo Trindade Miterhof<sup>1</sup>

### **Introdução**

Este texto foi escrito para subsidiar uma exposição no 10º Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), previsto para ser realizado nos dias 30/09 e 01/10/2013 e organizado pela Escola de Economia da FGV-SP em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) e Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos (DIEESE).

Sua tarefa é ampla e difícil de ser executada: discutir uma estratégia para que o Brasil dobre sua renda per capita em quinze anos. É claro que o artigo não atende a tamanha pretensão. Seu objetivo se restringe a discutir aspectos do debate corrente sobre as possibilidades do desenvolvimento brasileiro.

Nesse sentido, o texto é organizado em sete seções, sem contar esta introdução.

A primeira recupera as razões de por que o crescimento econômico é condição essencial para o desenvolvimento e por que a indústria de transformação tem um papel fundamental em sua sustentação. Há nisso uma evidência aritmética. Ainda assim, o assunto vale ser repassado porque a interrupção nos anos de 1980 do esforço nacional de industrialização e desenvolvimento criou uma impressão difusa de que essas dimensões poderiam se configurar como antagônicas.

A segunda seção faz um breve retrospecto da primeira década do século 21 para situar o contexto em que o debate ocorre. No período, houve a retomada do crescimento econômico e a ocorrência de um processo algo inédito de inclusão social. O problema é que a valorização do câmbio, peça fundamental do arranjo de política econômica, enfraqueceu relativamente a indústria de transformação, colocando em cheque a sustentabilidade do crescimento.

As três seções seguintes discutem estratégias, que segundo distintas óticas visam à recuperação do papel da indústria na economia brasileira. Na terceira seção, é abordada uma proposta que nos últimos meses tem sido estruturada por Edmar Bacha como uma alternativa liberal de estratégia industrial. Na quarta seção, são discutidas abordagens desenvolvimentistas, em suas diferentes versões: uma mais voltada para o mercado interno, chamada de “social desenvolvimentismo”, e outra que dá mais ênfase à competitividade externa da indústria, conhecida como o “novo desenvolvimentismo”. Na quinta seção, são repassados os principais resultados da proposta feita pela FIESP em maio de 2013, conhecida como “A Estratégia de Potencial Socioeconômico Pleno para o Brasil”.

As duas últimas seções tratam de limitações das estratégias apresentadas. Na sexta seção, são discutidos aspectos da política fiscal e tributária. Apesar de escapar do fio de condutor central deste texto, o tema é relevante porque a

---

<sup>1</sup> É economista do BNDES, graduado e mestre pela Unicamp. O autor agradece os comentários de David Kupfer, Érika Araújo, Felipe Marques, João Carlos Ferraz e José Antônio Pereira de Souza, que evidentemente estão eximidos de todos os possíveis erros e omissões.

redução da carga tributária é uma reivindicação recorrente nas estratégias para indústria. O foco da seção é argumentar a favor da improbabilidade de que a carga tributária seja reduzida, ressaltando que isso nem sequer é desejável, pois o caminho para dobrar a renda per capita brasileira precisa ser percorrido com redução das desigualdades de renda e de provisão de melhores serviços públicos. Nesse contexto, é apontado como mais proveitoso concentrar esforços na mudança da estrutura tributária, que, por ineficiente e injusta, desagrada a distintos grupos sociais e políticos.

Na sétima e última seção, são discutidos aspectos de uma política industrial, pois talvez a grande limitação das estratégias apresentadas seja seu foco demasiado na política macroeconômica. O argumento central é que a indústria de transformação brasileira para se tornar autônoma precisa assumir objetivos mais desafiadores, como a internacionalização, a atualização tecnológica e a realização de esforços inovativos mais consistentes. Para tanto, é preciso que o Estado atue em conjunto com a iniciativa privada de uma maneira mais específica e concreta do que apenas a indicação de uma política macroeconômica é capaz de estabelecer.

### **1. A centralidade do crescimento e da indústria de transformação**

O tema deste Fórum - “Uma estratégia para dobrar a renda per capita do Brasil em 15 anos?” - é altamente pertinente. Já o era quando a FIESP realizou um estudo com o mesmo mote e se mostrou ainda mais relevante diante das manifestações que tomaram conta do país em junho passado.

Não há mistério em torno do objetivo proposto. Com um nível de renda per capita anual em torno de US\$ 10 mil, o Brasil precisa dobrá-la para ingressar no que é hoje o patamar mínimo dos países considerados desenvolvidos.

Na última década, as políticas de renda mínima e de valorização do salário mínimo permitiram não somente a retomada de um crescimento sustentado após vinte e cinco anos como também a redução da historicamente elevada desigualdade de renda. Além disso, desde a Constituição de 1988, é claro o esforço que o Brasil tem realizado para melhorar os serviços públicos.

Isso se refletiu, por exemplo, na ampliação dos gastos públicos em educação (de 4,8% do PIB em 2001 para 6,1% em 2011) e em saúde (de 3,2% do PIB para 3,8% no mesmo período) e na melhora do IDH.

Entretanto, é inescapável a constatação de que o Brasil não é rico o bastante para ser possível prover os serviços públicos com a qualidade almejada.

Por isso, o tema do seminário ganhou ainda mais relevância: desde a crise da dívida nos anos de 1980, a centralidade do crescimento econômico pareceu ser questionada. Passou a ser comum a idéia de que no século 20, o Brasil cresceu, mas não se desenvolveu. Essa percepção se deve à constatação de que o país (ou parte dele) se industrializou, mas não eliminou a pobreza aguda, e se urbanizou, porém isso foi acompanhado de favelização.

Há questões pertinentes nessas constatações. O problema é a conclusão - crescer não resolve -, que obscurece o entendimento das estratégias de desenvolvimento.

O desenvolvimento tem mais dimensões do que o crescimento econômico. Além da renda per capita, outros indicadores ilustram o nível de desenvolvimento de um país: alfabetização, expectativa de vida, entre outros indicadores de educação e saúde, além daqueles relacionados à provisão de infraestrutura e a aspectos culturais, como respeito às leis de trânsito e a outras normas civilizatórias.

Ainda assim, há um indubitável alinhamento entre esses indicadores e o nível de renda per capita: são desenvolvidos todos os países relevantes de renda alta e nenhum país de renda baixa o é. Mais importante, o sentido da causalidade vai muito mais do econômico para o social do que o contrário.

Uma população saudável e educada, bem como ter eficiência em transportes e em energia, tornam a economia mais competitiva, favorecendo sua inserção global e, assim, o nível de renda de um país. Entretanto, para investir em saúde, educação e infraestrutura é preciso ter recursos, o que depende de crescimento.

Em resumo, é o crescimento que puxa o fio dessa meada. Claro, a estratégia para crescer de maneira sustentada é o foco principal da discussão. É em torno disso que se organiza a proposta da FIESP e também as alternativas, conservadoras ou progressistas, liberais ou desenvolvimentistas, ortodoxas ou heterodoxas.

Portanto, a ênfase no crescimento, mesmo que não seja necessariamente um consenso, é um ponto de partida fundamental. Nesse sentido, o grifo anterior na palavra “hoje” serve para ressaltar que não basta dobrar a renda brasileira. É preciso fazê-lo num tempo relativamente curto, como os desafiantes quinze anos sugeridos. Isso porque a fronteira do desenvolvimento é móvel. Novas tecnologias e produtos surgem a cada ano. Os requisitos mínimos para que um país proporcione a seus cidadãos condições materiais plenas também aumentam.

Vale lembrar a definição de Albert Hirschman: se desenvolver, é crescer acima da média mundial ou, em tempos de ascensão do Sul, acima da média dos países desenvolvidos, se aproximando da renda deles.

Para tanto, a constatação é simples. Em quinze anos, é preciso ter um crescimento real médio per capita de 4,7% ao ano (ou 5,3% para o PIB). Uma meta um pouco menos ambiciosa, a de vinte anos, exige um crescimento médio per capita de 3,5% a.a. (ou 4% a.a. para o PIB).

Esses valores não são assombrosos, mas tampouco são triviais. Como mostra o estudo da FIESP (2013) “Estratégia de potencial socioeconômico pleno para o Brasil”, o período 2001-2010, marcado pela retomada do crescimento a partir de 2004, teve um crescimento médio da renda per capita de 2,7% a.a.. Na década de 60 (1961-1970), esse indicador foi de 3,2% a.a. e na década seguinte, 6,1% a.a.. O crescimento médio do período 1961-1980 foi de 4,6% a.a., próximo do necessário para atingir em quinze anos a renda per capita de um país desenvolvido.

Ademais, poucos países conseguiram fazer a travessia da renda média para a alta em até quinze anos: Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Malásia. A constatação de que todos são asiáticos e de industrialização tardia é um alento. A comparação com os países europeus e os EUA é menos óbvia, pois

esses já eram países desenvolvidos antes de atingirem o patamar de US\$ 20 mil de renda per capita anual.

O estudo FIESP (2013) enfatiza ainda outro aspecto crucial: num país populoso, a sustentação do crescimento para atingir a renda per capita de US\$ 20 mil depende de o país ter uma indústria de transformação relevante e competitiva.

A importância da indústria tem sido recentemente ressaltada por representantes de interesses e correntes de pensamento distintas. A julgar pelo seminário ocorrido na FIESP no dia 26/08/2013, com o tema “Reindustrialização do Brasil”, a necessidade de recuperar a importância da indústria é consensual. Afinal, ela é a principal geradora e difusora das inovações e dos ganhos de produtividade, tendo muitos encadeamentos produtivos (na própria indústria, nos serviços e na agropecuária), que geram eficiência para os clientes e empregos em quantidade e qualidade. A indústria tem ainda uma elevada participação na formação bruta de capital fixo.

Se o país estiver caminhando para esse consenso, não é pouca coisa. Desde os anos de 1990, é comum a crença de que o Brasil deve seguir receitas e caminhos como os de Austrália e Nova Zelândia, raros exemplos de países que atingiram um elevado nível de renda per capita e de desenvolvimento sem ter uma indústria de transformação relevante. Esse grupo, que em certa medida pode também incluir o Chile, é formado por países que, como o Brasil, têm grandes dotações de recursos naturais, mas com uma população em torno de um décimo da brasileira.

O Brasil precisa ter uma estrutura produtiva mais diversificada, mais geradora de empregos e competitiva. Uma indústria diversificada e eficiente é fundamental.

## **2. Um breve panorama da última década**

Como é notório, a novidade brasileira na primeira década do século 21 foi um forte processo de inclusão social. Alguns aspectos concorreram para isso.

A valorização das commodities de exportação, propiciada pela emergência da China, foi fundamental para a retomada do crescimento a partir de 2004 e para mitigar sensivelmente os problemas de balanço de pagamentos. Sinal eloquente disso é que, no início de 2001, em valores correntes, as reservas internacionais brasileiras estavam em US\$ 33 bilhões. Hoje, elas são cerca de US\$ 370 bilhões.

Ademais, em julho de 2011, mês anterior ao Banco Central surpreender ao iniciar um processo mais rápido de redução dos juros, a taxa de câmbio real atingiu um pico de valorização, representando 61,6% de seu valor em junho de 1994.

Mais importante foram as políticas de distribuição de renda, com destaque para os programas de renda mínima e de valorização do salário mínimo. Isso permitiu que a desigualdade de renda, medida pelo índice de Gini, caísse de 0,594 em 2001 para 0,527 em 2011<sup>2</sup>. De 2001 a 2011, a renda real domiciliar

---

<sup>2</sup> IPEA (2012) – “A Década Inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda”. In: Comunicados do IPEA nº 155.

per capita dos 20% mais pobres cresceu 5,1% a.a.. Para os 20% mais ricos, tal indicador foi 0,7% a.a.<sup>3</sup>.

Esse cenário permitiu ao Brasil experimentar a partir de 2004 a retomada do crescimento com baixa inflação. Para tanto, ainda que com mudanças relevantes a partir de 2006, continuou vigorando o chamado tripé da política econômica estabelecido desde o fim do câmbio fixo em 1999: regime cambial flexível, metas de inflação e política de geração de superávits primários.

O crescimento econômico permitiu elevar a arrecadação tributária e melhorar substancialmente os indicadores fiscais brasileiros. A relação da dívida pública líquida com o PIB, que em 2003 foi de quase 60%, está em 35%. O déficit público nominal tem se mantido entre 2% e 3% do PIB, baixo para o padrão internacional.

Porém o mais decisivo para o tripé se mostrar funcional foi a apreciação do Real, dada pela aquecida demanda externa, que permitiu manter a inflação baixa.

**Tabela 1 – IPCA e taxa de câmbio nominal**

Ano	IPCA	variação (p.p.)	Câmbio janeiro	Câmbio dezembro	variação (R\$)
2000	6,00%	-	1,80	1,96	0,16
2001	7,70%	1,7	1,95	2,36	0,41
2002	12,50%	4,8	2,38	3,63	1,25
2003	9,30%	-3,2	3,44	2,92	-0,51
2004	7,60%	-1,7	2,85	2,72	-0,13
2005	5,70%	-1,9	2,69	2,29	-0,41
2006	3,10%	-2,6	2,27	2,15	-0,12
2007	4,50%	1,4	2,14	1,79	-0,35
2008	5,90%	1,4	1,77	2,39	0,62
2009	4,30%	-1,6	2,31	1,75	-0,56
2010	5,90%	1,6	1,78	1,69	-0,09
2011	6,50%	0,6	1,67	1,84	0,16
2012	5,84%	-0,66	1,79	2,08	0,29

Fonte: Banco Central e IBGE

Como mostra a tabela 1 acima, de 2001 a 2012, em nove de um total de doze casos, reduções (aumentos) da inflação de um ano para o outro corresponderam a valorizações (desvalorizações) da taxa de câmbio.

Isso atingiu em cheio a indústria de transformação, que se beneficiou do crescimento, mas fez isso direcionando boa parte de seus efeitos para o aumento das importações de componentes, peças e partes. A valorização da taxa de câmbio enfraqueceu a solidariedade nas cadeias produtivas, que têm sido esvaziadas na busca de reduções de custos.

As tabelas 2, 3 e 4 a seguir mostram os efeitos desse ajustamento.

**Tabela 2 – Coeficiente de importação da indústria**

<sup>3</sup> MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2013) – Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro.

Setores	2005	2008	2010
<b>Indústria</b>	<b>13,5</b>	<b>18,5</b>	<b>19,4</b>
<b>Intensiva em Recursos Naturais</b>	<b>10,8</b>	<b>12,8</b>	<b>13,6</b>
<b>Intensiva em Trabalho</b>	<b>5,4</b>	<b>9,8</b>	<b>11,4</b>
<b>Intensiva em escala</b>	<b>14,1</b>	<b>18,8</b>	<b>19,6</b>
<b>Int. em engenharia e Tecnologia</b>	<b>26,4</b>	<b>34,8</b>	<b>35,8</b>

Fonte: Secex/Elaboração: Área de Pesquisas Econômica do BNDES

Os setores mais afetados foram os que são intensivos em tecnologia e, refletindo a concorrência chinesa, os intensivos em trabalho, conforme a tabela 2 acima.

**Tabela 3**

**Conteúdo Importado/Valor da produção**

Setores	2005	2008	2010	Varição p.p. 2010 - 2005
<b>Aumento expressivo na utilização de insumos importados</b>				
Informática e máquinas de escritório	36,5%	67,8%	83,6%	47,1
Eq. médicos hospitalares e outros	14,1%	26,4%	38,9%	24,8
Eletrônica e comunicação	27,0%	32,7%	45,8%	18,9
<b>Aumento mediano na utilização de insumos importados</b>				
Out. eq. De transporte	15,7%	30,5%	24,1%	8,4
Têxteis	6,2%	12,0%	13,3%	7,1
Química	15,1%	20,5%	20,5%	5,3
Material elétrico	9,9%	14,6%	14,9%	5,0

Fonte: Secex/Elaboração: Área de Pesquisas Econômica do BNDES

A tabela 3 mostra esse efeito em alguns setores destacados. Apesar de a taxa de câmbio real ter reduzido sua valorização desde o segundo semestre de 2011, a produção industrial tem se expandido pouco - 2% de janeiro a julho de 2013 -, o que sugere que a situação não tem melhorado desde 2010.

**Tabela 4**

**Importação das Empresas do Setor / Exportação das Empresas do Setor**

Setores	2005	2008	2009	2010	Diferença 2010 - 2005
<b>Setores com piora no Saldo Comercial das Empresas</b>					
Complexo Eletrônico	2,38	4,73	4,73	7,81	5,43
Têxtil e Vestuário	0,61	1,28	1,54	1,87	1,26
Máquinas e materiais elétricos	0,88	1,26	1,26	1,70	0,82
Máquinas e equipamentos	0,54	0,86	1,09	1,32	0,78
Veículos	0,54	0,99	1,35	1,28	0,74
Móveis e indústrias diversas	0,36	0,69	0,79	0,98	0,62
Química	2,10	3,19	2,35	2,45	0,36
transporte	0,66	0,87	0,94	0,97	0,31
Metalurgia básica	0,30	0,37	0,39	0,55	0,24
Borracha e plástico	1,22	1,45	1,12	1,38	0,16
Couro e calçados	0,10	0,17	0,13	0,16	0,06
Alimentos e bebidas	0,13	0,16	0,14	0,15	0,02
<b>Setores com piora no Saldo Comercial das Empresas</b>					
Celulose e papel	0,21	0,21	0,20	0,20	(0,01)
Extração de minerais metálicos	0,07	0,07	0,07	0,04	(0,03)
Agropecuária	0,16	0,14	0,17	0,13	(0,03)
Petróleo (extração e refino)	4,82	2,68	1,18	0,97	(3,84)
<b>Total</b>	<b>0,59</b>	<b>0,79</b>	<b>0,72</b>	<b>0,75</b>	<b>0,16</b>

Saldo comercial das empresas do setor passou de positivo para negativo.

Fonte: Secex/Elaboração: Área de Pesquisas Econômica do BNDES

O efeito da valorização cambial também se reflete no aumento das importações em relação às exportações, como mostra a tabela 4 acima.

Esse cenário coloca uma dificuldade para a continuidade do processo de inclusão social e crescimento, significando uma disjunção para a economia brasileira:

➤ **crescimento dependente, com baixa sustentabilidade**

- ✓ país continua como provedor global de recursos naturais e crescimento ocorre quando o cenário externo for favorável

➤ **crescimento sustentado e inclusivo**

- ✓ país supera restrição externa e libera a vocação para crescer
- ✓ país aproveita a competitividade em recursos naturais para construir a liderança e o comando de redes de inovação, produção e distribuição em setores associados a segurança alimentar, ambiental e energética
- ✓ investimento cresce acima do PIB e se desenvolvem competências empresariais e fatores de competitividade setoriais e sistêmicos; indústria recupera participação no PIB e nas exportações, em especial com maior conteúdo tecnológico

A partir de agora, a expectativa é que o câmbio mantenha um nível de valorização bem menos intenso, bem como os juros prossigam na trajetória de convergência para o padrão internacional. Com isso, abrem-se novas perspectivas para a indústria de transformação reverter o quadro de perda de participação no PIB.

Essa é a boa nova que tem movido as propostas de retomada de uma estratégia para a indústria de transformação. No entanto, são divergentes as estratégias de como lidar com os efeitos que essa mudança terá sobre o tripé da política macroeconômica. É nesse contexto que se insere a discussão macro a seguir.

### **3. Estratégia liberal para a indústria?**

Em entrevista ao jornal Valor Econômico, de 02/05/2013, Edmar Bacha propôs o que chamou de “plano Real da indústria”, um programa de oito anos envolvendo três etapas que visa a recuperar a importância da indústria na economia brasileira.

A primeira seria fazer um ajuste fiscal estrutural que permita reduzir a carga tributária para aumentar a competitividade da indústria brasileira. A elevação dos gastos públicos deveria ser limitada à metade do crescimento do PIB.

Bacha exemplifica supondo que o crescimento médio brasileiro seja de 4% a.a., o que faria o aumento dos gastos públicos se limitar a 2%. De início, deveria ser adotada a taxa de crescimento anual média da década passada, 3%, o que limita o crescimento real dos gastos públicos a 1,5% a.a. . Para tanto, Bacha entende que seria preciso fazer uma reforma da Previdência. Assim, seria feita uma poupança fiscal que permitiria reduzir a carga tributária.

A segunda etapa seria anunciar previamente um amplo programa de redução de tarifas de importação e eliminação de controles de normas e procedimentos extratarifários, como especificações de padrões técnicos. Isso provocaria um substancial aumento de importações, que faria o câmbio depreciar. A possibilidade de essa desvalorização não se efetivar em razão da entrada de capitais, provocada pelo aumento da confiança do mercado na política econômica brasileira, poderia ensejar alguma necessidade de controlar capitais.

Por fim, o Brasil deveria buscar ampliar sua abertura comercial, estabelecendo acordos de livre comércio com EUA, União Européia, entre outros, mesmo que isso implique a necessidade de acabar com status de união aduaneira do Mercosul, que passaria a ser uma zona de livre comércio.

É duvidoso se essa estratégia realmente tem a preocupação de promover a recuperação da indústria ou se constitui somente uma forma de fustigar o governo federal em razão da perda de participação que a indústria de transformação tem apresentado no PIB brasileiro.

Afinal, na melhor das hipóteses, a estratégia de abertura permitiria aumentar a competitividade da indústria que seja capaz de resistir a esse processo. Na prática, apesar de falar em faseamento e anúncio prévio das mudanças, a proposta não se distingue em essência do que foi feito nos anos de 1990. Afinal, seu objetivo aponta na mesma direção da perda de participação da indústria de transformação no PIB, promovendo uma redução substancial do conteúdo nacional.

A estratégia não difere da proposta usual do liberalismo econômico de apostar na estratégia de que o mercado deve definir quem são os vencedores capazes de sustentar suas trajetórias no longo prazo. No limite, o país pode abdicar da indústria de transformação atualmente existente e basear seu desenvolvimento nas exportações da agropecuária e da indústria extrativa, nas quais tem vantagens comparativas. O desenvolvimento industrial seria deslocado para a um horizonte mais distante, quando, por exemplo, esforços públicos em educação tragam resultados sobre a produtividade, o empreendedorismo e a capacidade de inovar.

Nesse sentido, é importante notar que parte da reação<sup>4</sup> de economistas à proposta de Bacha foi a de saudá-la como uma grande idéia, embora de difícil execução. Há quem acredite que cortes de gastos estão fora de cogitação devido ao calendário eleitoral. Outros acreditam que o problema seria a falta de apoio no atual governo, que tem resistência ideológica a acabar com o protecionismo.

Esse tipo de repercussão mostra que no debate brasileiro ainda há um tipo comum de entendimento que limita as possibilidades de uma estratégia industrial ativa.

Posteriormente, no texto “Integrar para crescer: o Brasil na Economia Mundial”, de setembro de 2013, Bacha detalhou sua proposta<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Jornal Valor Econômico de 03/05/2013.

<sup>5</sup> Bacha, E. (2013) – “Integrar para crescer: o Brasil na economia mundial”. Versão de 02/09/2013 de texto para sessão do Fórum Nacional de 18 e 19/09/2013.

O objetivo não é fazer uma plataforma exportadora no país, pois seu tamanho não permitiria isso na visão de Bacha. O importante é elevar a corrente de comércio (soma das exportações com as importações) em relação ao PIB.

Assim, é preciso manter o equilíbrio do balanço de pagamentos e fazer uma administração - ao menos temporária e talvez assimétrica - do câmbio de forma a permitir que a indústria nacional e transnacional instalada no Brasil tenha tempo para se adaptar à nova estrutura competitiva. Assim, o crescimento das importações ocorreria em conjunto com o aumento das exportações. Não haveria setores que deixariam o país, mas sim empresas e componentes que se mostrariam competitivos e viáveis ou acabariam deixando de ser produzidos no Brasil.

Em relação aos acordos comerciais, Bacha enfatiza que o programa de integração deve ser unilateral, o que, vale ressaltar, não difere do que ocorreu nos anos de 1990. Ainda assim, num sequenciamento da abertura haveria espaço para fazê-la primeiro em relação a países que assinassem tais acordos com o Brasil.

Esta última versão é mais sofisticada. Porém permanece a crença nas virtudes da simples exposição ao mercado global como suficiente, desde que mediada por um câmbio mais favorável, para levar a indústria de transformação a um padrão de competitividade internacional.

#### **4. O novo e o social desenvolvimentismo**

Bacha repetiu sua proposta no seminário “Reindustrialização do Brasil” realizado pela FIESP no dia 26/08/2013. O evento propiciou um panorama das estratégias de desenvolvimento existentes no debate brasileiro, reunindo representantes de uma ampla gama de crenças econômicas e de interesses políticos.

Nele, o professor Yoshiaki Nakano da FGV-SP ressaltou os riscos da estratégia original apresentada por Bacha ser implantada sem que exista um faseamento cuidadoso de suas etapas. Por exemplo, mais do que uma preocupação acessória, o controle dos fluxos de capitais é essencial de ser feito antes de uma abertura comercial ampla, algo que em certa medida foi incorporado em Bacha (2013). É isso que permitiria manter uma política monetária mais flexível que seja capaz de impedir novas revalorizações da moeda brasileira.

É importante ressaltar que Nakano concorda com Bacha que é preciso controlar os gastos públicos como forma de garantir que a inflação se mantenha sob controle.

O professor Bresser-Pereira, também da FGV-SP, - ainda que destacando que os instrumentos mais protecionistas de política industrial, como subsídios e tarifas elevadas, foram eficazes no passado - concorda que hoje a exigência de integração exige uma abordagem macro, com juros baixos e taxa de câmbio desvalorizada.

No texto “O novo desenvolvimentismo e apontamentos para uma macroeconomia estruturalista”<sup>6</sup>, escrito em coautoria com o também professor da FGV-SP Paulo Gala, Bresser-Pereira discute mais detalhadamente essa estratégia, apontando que países que contam com grandes dotações de recursos naturais costumam ter uma tendência à apreciação da taxa de câmbio.

Isso ocorre de forma conjugada com uma outra tendência, classicamente descrita pelo estruturalismo da CEPAL, que é a de deterioração dos termos de troca das economias agrário-exportadoras da América Latina. Os ciclos são determinados pelo balanço de pagamentos. Quando há crise, a economia entra em recessão e a moeda local se desvaloriza violentamente. Porém, a grande dotação de recursos naturais, que caracteriza a doença holandesa, permite que as vendas externas se recuperem, valorizando o câmbio até o nível de equilíbrio de transações correntes. A valorização continua, gerando déficits correntes, porque a manutenção de taxas de juros elevadas atrai capitais externos para financiá-los.

Essa tendência cria pesados desincentivos à atividade industrial e ao crescimento. O câmbio valorizado tende a direcionar os recursos externos para o consumo de bens importados, em vez de ser usado para financiar o investimento. A indústria de transformação local perde competitividade global, deixando de exportar e, assim, de manter um parâmetro internacional de atualização tecnológica.

Nesse contexto, a taxa de câmbio deve ser administrada para se manter no nível do “equilíbrio industrial”, capaz de orientar investimentos para a exportação e de levar as empresas locais a usar as melhores técnicas disponíveis.

Essa não é uma abordagem consensual dentro do campo do desenvolvimentismo, em especial quanto à ênfase no mercado externo. Há o entendimento de que o mercado interno e a inclusão social devem continuar sendo os vetores principais do desenvolvimento brasileiro, conforme, por exemplo, o texto “Por uma Agenda Social Desenvolvimentista para o Brasil” do professor do Instituto de Economia da Unicamp André Biancarelli<sup>7</sup>.

Evidentemente, a ampliação da presença externa das empresas brasileiras - pelo aumento de sua participação nas exportações mundiais ou via investimentos diretos externos das empresas de capital nacional - não é necessariamente dicotômica com a ampliação do mercado interno.

Ainda assim, o papel dado ao mercado externo, embora relevante, é subsidiário. Visa a propiciar sustentabilidade ao balanço de pagamentos e a expor as empresas de capital nacional ao padrão de competitividade global, induzindo ganhos por meio de atividades e de iniciativas, como a inovação e a internacionalização.

---

<sup>6</sup> Bresser-Pereira, L.C. & Gala P. (2012) – “O novo desenvolvimentismo e apontamentos para uma macroeconomia estruturalista”. In: Oreiro, J. L., De Paula, L. F. & Basílio, F. – Macroeconomia do Desenvolvimento. Editora da UFPE, Recife.

<sup>7</sup> Biancarelli, A. (2013) - “Por uma Agenda Social Desenvolvimentista para o Brasil”, In: “FPA Discute Desenvolvimento”, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, julho de 2013.

Contudo, a conquista de mercados externos não deve ocorrer pela exploração de mão de obra barata. Claro, manter um câmbio mais depreciado não é o mesmo que concentrar renda ou conter o crescimento dos salários reais. Todavia, apostar numa estratégia de crescimento liderado pelas exportações num mundo ainda em estagnação tende a exigir esforços significativos e ter resultados duvidosos.

Por exemplo, se o objetivo de manter um câmbio depreciado é empreendido com um sistema rígido de metas de inflação - como o atualmente em vigor, que utiliza índices “cheios”, exigindo que a queda de juros seja compensada por um esforço fiscal contracionista para compensar não uma demanda aquecida, mas o choque de custos – há um conflito explícito com os objetivos de sustentar a inclusão social e o crescimento puxado pelo mercado interno.

Como afirma a professora da FGV-SP Laura Barbosa de Carvalho no artigo “A macroeconomia da desindustrialização”<sup>8</sup>, a taxa de câmbio que possibilita reverter a tendência de perda de participação da indústria não é necessariamente tão depreciada quanto a que dá acesso ao mercado internacional.

Ainda assim, há pouca dúvida de que o debate entre o novo desenvolvimentismo e o chamado “social desenvolvimentismo” se dá sobre bases e entendimentos semelhantes, diferenciando-se pelas ênfases e prioridades.

Estão em jogo elementos concretos, que permitem correções de rumo, em vez de ser diálogos de forte viés ideológico, tão comuns entre economistas.

Por exemplo, o novo desenvolvimentismo prega a necessidade de o Banco Central (BC) simultaneamente cuidar da inflação, do nível de emprego e do câmbio. Esse arranjo permite um debate específico em torno do equilíbrio entre os objetivos de propiciar ganhos reais aos salários e o de gerar empregos na indústria.

Portanto, o desenvolvimentismo, em suas distintas matizes contemporâneas, traz propostas relevantes para a gestão macroeconômica, que se tornaram ainda mais pertinentes em razão da verificação de que o modelo de crescimento da primeira década do século 21 está se esgotando, como mostram as baixas taxas de variação real do PIB desde 2011, a deterioração do saldo comercial e a desvalorização cambial por conta das expectativas de reversão da política monetária americana.

Ainda assim, há nesse debate uma limitação importante. A estratégia industrial é restrita a prescrições de política macroeconômica. No novo desenvolvimentismo, a política industrial é admitida. Sem a centralidade que tinha no estruturalismo cepalino, porém ainda assim ganha a alcunha de “estratégica”. O problema é que o tema não é desenvolvido em relação a quais as características dessa política.

Mais importante, é que diante de sua preocupação explícita e enfática com o ajustamento fiscal - exceto em períodos de esforço contracíclico e ainda que

---

<sup>8</sup> Carvalho, L. B. (2012) – “A macroeconomia da desindustrialização no Brasil”. In: Revista Teoria e Debate, nº 102, 16 de julho de 2012.

sem envolver uma ênfase na geração de superávits primários - é difícil saber qual é exatamente o sentido dado ao adjetivo “estratégica”.

Para além de uma desejável e oportuna mudança na orientação macroeconômica, é nisso que é preciso centrar os esforços de reflexão.

## **5. FIESP - A Estratégia de Potencial Socioeconômico Pleno para o Brasil**

Nesse sentido, um dos méritos do trabalho realizado pela FIESP, em conjunto com a consultoria Bain Company, foi o de apresentar diagnósticos e propostas que não se prendem à discussão macroeconômica, selecionando setores que conjugam perspectivas econômicas promissoras, com potencial competitivo da economia brasileira e impactos socioeconômicos em termos de investimento, emprego e capacidade multiplicadora na cadeia produtiva.

Foram doze os setores selecionados, que não se resumem à indústria de transformação. Entre os que devem ser vetores do crescimento estão petróleo e gás, automobilística, infraestrutura, química, açúcar e etanol, complexo de grãos, proteínas animais, construção imobiliária. Entre os setores dinamizados estão bens de capital, siderurgia, indústria naval e fertilizantes.

A proposta estima que os setores selecionados devem formar um bloco de investimentos anuais de R\$ 1,1 trilhão, contribuindo significativamente (62% dos investimento total) para atingir ao final do período de quinze anos uma taxa de investimento de 25% do PIB (média de 23,7%). A participação desses setores é estimada em 26% do PIB, 68% da indústria de transformação e 19% do emprego.

O documento sintetiza os principais desafios dos setores selecionados, apontando alguns desafios tecnológicos e instrumentos para superá-los, como a necessidade de ter planejamento e previsibilidade nas encomendas de setores de conteúdo tecnológico significativo, bem como o aperfeiçoamento do poder de compra do Estado, o desenvolvimento da engenharia de projetos nacional e o aumento do grau de exigência nas políticas de conteúdo local.

Há também um conjunto de demandas de incentivos tributários e creditícios para incentivar os investimentos e a inovação.

O documento não tem uma preocupação significativa com a discussão macro, se limitando a fazer demandas pontuais, sem uma amarração conceitual, como: adotar uma postura mais ativa para reduzir a valorização do Real em razão do contexto internacional de “guerra cambial”, pedir a substituição de índices gerais de preços por índices setoriais na indexação de preços administrados e aumentar a participação de títulos pré-fixados na composição da dívida pública.

Na parte fiscal, as demandas são mais numerosas, mas igualmente pontuais. No lado da arrecadação, há sugestões como eliminar a cumulatividade no sistema tributário brasileiro, unificar tributos, acabar com a acumulação de créditos tributários e usar o IPI como instrumento de política industrial.

Pelo lado do gasto, há propostas como a de conter a expansão de despesas com pessoal e encargos sociais, o que seria obtido por meio de “ganhos de eficiência do setor público”, e a de limitar para fins da previdência social os ganhos reais do salário mínimo a um percentual abaixo do crescimento do PIB.

## **6. Comentários acerca da política fiscal e tributária**

A recorrência com que demandas fiscais e tributárias aparecem nas estratégias descritas, exceto a social desenvolvimentista, merece uma reflexão.

A carga tributária brasileira tem aumentado desde a redemocratização, o que a fez atingir o patamar de 35% do PIB, semelhante ao dos países da OCDE.

É verdade que muitos consideram que um nível mais baixo de renda per capita, como o brasileiro, deveria corresponder a uma carga de impostos menor, de forma a dar mais espaço à iniciativa privada para promover o crescimento. Porém o debate tributário costuma ser repleto de apriorismos ideológicos. Um deles é que a presença do Estado é por natureza ruim para o desenvolvimento.

Mas é preciso constatar que a trajetória da carga tributária no Brasil é compatível com a demanda de serviços exigidos por parte do Estado pela Constituição de 1988. Não há espaço para reduzi-la e é bem improvável que isso venha a ocorrer.

Afinal, o Brasil precisa manter um crescimento sustentado para dobrar sua renda per capita e se tornar desenvolvido. A distribuição de renda precisa ser um motor do crescimento. Razões para isso não faltam. O modelo concentrador da industrialização no século 20 se mostrou limitado. Mesmo com o esforço da última década, a concentração de renda ainda é muito elevada. Os serviços públicos precisam continuar melhorando como forma de indiretamente reduzir a desigualdade. Em suma, não há espaço político para crescer de outra maneira.

Será mais proveitoso se os esforços de empresários, trabalhadores, intelectuais e de distintas correntes políticas se concentrarem na mudança da estrutura tributária.

É verdade que ela é resultado da história econômica recente do país. Nos anos de 1990, a necessidade de elevar com rapidez a arrecadação para cumprir metas de ajuste fiscal fez crescer a ênfase nos tributos indiretos, que incidem sobre mercadorias, serviços e produção e são mais fáceis de combater a evasão.

Como aponta o documento “Indicadores de Iniquidade do Sistema Tributário Nacional”, publicado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) em 2011, há muitos impostos, tributação em cascata, enorme burocracia, entre outras coisas, que desincentivam a produção local e o investimento.

O país está numa armadilha. A tributação sobre bens, serviços e produção é uma fonte de perda de competitividade, onerando o custo de produzir no Brasil. No entanto, a necessidade de elevar a arrecadação e combater a sonegação foram razões pragmáticas que dificultaram a aproximação com a estrutura de países avançados, que dá mais peso aos impostos diretos sobre a renda e patrimônio.

Com isso, o governo tem trilhado um caminho apenas parcial de aperfeiçoamento da estrutura tributária, desonerando as atividades que proporcionam dinamismo econômico, como o investimento e as exportações.

Contudo, esse esforço tem se mostrado insuficiente, esbarrando em dificuldades intrínsecas ao sistema. É difícil eliminar por completo os focos de cumulatividade, como no caso de firmas menores, que declaram o IR por lucro presumido.

Por isso, talvez seja a hora de reconsiderar o balanço de vantagens e desvantagens da estrutura tributária brasileira.

Hoje, há instrumentos para combater a sonegação sobre a renda e o patrimônio. Ademais, a inclusão social permite ampliar a base de contribuintes desses tipos de tributos. É possível desonerar a produção e o consumo, o que seria compensado pela maior arrecadação, por meio de aumentos de progressividade, alíquotas e bases de impostos diretos (IR, herança, ITBI, IPTU etc).

A discussão não é simples. Ainda assim, a constatação de que a estrutura tributária atual é ruim e injusta pode criar um alinhamento de interesses incomum em torno do tema. Porém é preciso deixar de lado o varejo de reivindicar desonerações para propor um debate realista, que tenha disposição para enfrentar o patrimonialismo e apoiar uma estrutura em que os mais ricos paguem mais impostos no Brasil.

## **7. Conclusão: a centralidade da política industrial**

Como discutido na seção 4, a abordagem desenvolvimentista - tanto na corrente “social”, que tem no mercado interno o motor do crescimento, quanto a do “novo desenvolvimentismo”, que centra foco na busca de mercados externos – tem uma limitação ao restringir sua discussão à macroeconomia.

Não que a macroeconomia não tenha importância. Por exemplo, o objetivo de manter o câmbio mais depreciado é favorável à atividade industrial, o que seria capaz de promover uma recuperação da indústria instalada e, em certa medida, de atrair investimentos estrangeiros para a substituição de importações que hoje geram déficits comerciais significativos, como na química e petroquímica, nas tecnologias de informação e comunicação (TIC) e em bens de capital.

Mas a discussão não precisa ser limitada à macroeconomia. As distintas correntes desenvolvimentistas admitem a política industrial. O problema é que o tema não é bem desenvolvido. É isso que se pretende brevemente fazer nesta última seção.

Atualmente, é mais difícil conceber políticas industriais. No pós-Guerra, a proteção à indústria doméstica e a concessão de subsídios contra metas de exportação eram instrumentos eficazes para fazer uma indústria nascer e ganhar competitividade global. Hoje, as regras da OMC (Organização Mundial do Comércio) deixaram os mercados mais abertos e acabaram com o espaço para esse tipo de política. Além disso, os consumidores e clientes estão mais informados e exigentes, não sendo fácil restringir suas possibilidades de acesso a bens e serviços.

Para o Brasil, a situação é ainda mais complicada, pois a política industrial concorre por recursos com a necessidade de aumentar os gastos com os serviços públicos.

Contudo, ainda que mais limitada, a política industrial continua importante e possível. Hoje, ela não parte predominantemente de uma indústria nascente, em que a simples criação de capacidade produtiva significa uma mudança estrutural.

Para complicar ainda mais a situação, a indústria brasileira é muito heterogênea. Numa perspectiva evolucionista, em que se busca fazer cada setor progredir a partir de seu ponto de partida, não é simples identificar o estágio em que cada um se encontra e mobilizar de forma diferenciada recursos e instrumentos pertinentes.

Por certo, é aconselhável evitar o voluntarismo de tentar internalizar todos os setores mais inovadores por meio de um protecionismo excessivo. Como o progresso técnico envolve atividades crescentemente mais sofisticadas, tende a ser mais eficiente em termos de distintas cumulatividades (empresariais, tecnológicas, de capacitação profissional etc) centrar os esforços em alguns setores.

Mas é necessário dar conta da grande diversidade da indústria brasileira. Está em jogo uma ampla gama de desafios para uma política industrial: diversificar as exportações, aumentar a inovação, elevar a taxa de investimento, ampliar o valor agregado nacional, elevar a participação da indústria intensiva em conhecimento, melhorar a qualificação profissional, entre outras coisas.

Uma maneira de sintetizar tantos desafios é a de que a indústria de transformação brasileira precisa dar um salto rumo à fronteira tecnológica e a configurações empresarias que permitam avançar com autonomia.

Nesse sentido, é notório que é necessário elevar os dispêndios em pesquisa e desenvolvimento (P&D), em especial os de origem privada. Isso vale especialmente para as empresas de capital nacional, mas também para as transnacionais, que podem ampliar os esforços inovativos no Brasil e, assim, fortalecer a capacidade competitiva nacional, enobrecer a cadeia produtiva e gerar melhores empregos.

No entanto, há um desafio mais amplo, que está presente em diversos setores, inclusive nos mais tradicionais. As empresas brasileiras historicamente não realizam o conjunto completo de atividades corporativas, que envolve produção, distribuição, finanças, marketing e inovação. Essa limitação pode se referir à empresa como um todo - caso do capital nacional – ou no caso das transnacionais à suas atividades no país, que por vezes se restringem à produção.

Talvez a questão possa ser resumida a encarar a inovação sob um caráter mais amplo. Isso significa não somente apostar no desenvolvimento de tecnologias emergentes ou de grande transversalidade na estrutura produtiva, mas também apoiar a conquista de mercados via exportações ou pela a internacionalização de empresas de capital nacional em busca do domínio de cadeias produtivas globais, incorporando e desenvolvendo as funções corporativas mais nobres, como o P&D, o marketing, a logística e as estratégias financeiras.

Como ressalta a professora Mariana Mazzucato do SPRU (*Science and Technology Policy Research*) da *University of Sussex* em seu recente livro<sup>9</sup>, o apoio do Estado é crucial para suportar as incertezas características do processo inovador.

As empresas tendem a não assumir esses riscos porque os prazos de maturação costumam ser muito longos e porque temem não se apropriarem de seus frutos. Além disso, a tendência de financeirização dos mercados contribui para elevar a aversão ao risco associado ao processo de inovação.

Para tanto, é preciso que o Estado mire em setores, projetos e atores que se proponham a sofisticar as atividades da indústria de transformação brasileira, com objetivos desafiadores como os de ampliar os esforços de inovação e de buscar a internacionalização. O Estado pode participar disso via participações acionárias, por investimentos em firmas iniciantes de base tecnológica, compras públicas etc.

O Estado é um agente importante porque as inovações têm uma ampla gama de externalidades, elevando a produtividade, a competitividade e o ritmo da expansão econômica. Não se trata apenas de o setor público financiar a pesquisa e o desenvolvimento (P&D), mas também de atuar como empreendedor, capaz de escolher as novas tecnologias que devem ser desenvolvidas, o que fazem, por exemplo, garantindo uma demanda estável para elas, como são vários os casos nos EUA ligados à indústria de defesa ou de fármacos, entre outras.

Há riscos de insucessos, cujos prejuízos são socializados por meio do Estado. É possível também que os benefícios dos casos bem sucedidos sejam apropriados demasiadamente de forma privada. Provavelmente é proveitoso criar mecanismos e estabelecer condutas para mitigar tal desequilíbrio na relação público-privada. Mas o caminho não é o de fazer com que o Estado deixe de tomar esses riscos.

O argumento de Mazzucato (2013), embora centrado na preocupação com as inovações tecnológicas, pode ser estendido para a ação pública como um todo na política industrial. O foco no curto prazo das empresas brasileiras não se relaciona somente com o padrão de juros altos. Assim, não basta ter um novo alinhamento para a política macroeconômica ou apenas tomar medidas horizontais. É preciso criar as condições para que as empresas assumam objetivos mais desafiadores.

Um exemplo desse tipo de iniciativa são as grandes operações de renda variável feitas pelo BNDES nos últimos anos, que tiveram como pressuposto a busca de um objetivo desafiador como a internacionalização, casos dos apoios aos grupos de proteína animal, ou o desenvolvimento tecnológico, como ocorreu na Totvs e na Linx, que são empresas de software que fornecem sistemas de gestão empresarial.

---

<sup>9</sup> Mazzucato, M. (2013) – *The Entrepreneurial State: Debunking Public vs Private Sector Myths*. Anthem Press.

Essa atuação do BNDES foi mal denominada de “política dos campeões nacionais”, numa tentativa de desqualificar as iniciativas como se elas envolvessem benefícios indevidos a grupos privados. No entanto, o BNDES há várias décadas participa de operações de fusões e aquisições. A novidade recente foi que algumas delas visaram à internacionalização. Elas foram operações que partiram do mercado, não sendo possível nem falar que houve escolha por parte do Estado. Mesmo tendo uma postura que está longe de ter o ativismo proposto pela professora Mazzucato, o BNDES tem sido duramente criticado por supostamente “escolher vencedores”.

No campo específico da inovação tecnológica, merece destaque o Inova Empresa. Na década passada, foram ampliadas significativamente as fontes de recursos para inovação, via Lei do Bem, Lei da Inovação e linhas da Finep e do BNDES.

A oferta de recursos, porém, não necessariamente significou maior demanda das empresas por ampliar as atividades inovadoras. O Inova Empresa é um avanço porque define temas – como o etanol de segunda geração (lignocelulósico), o *smartgrid* e o carro elétrico no setor de energia e os medicamentos de base biotecnológica em fármacos. Além disso, o modelo de chamada pública ajuda a organizar as empresas em torno de projetos para buscar os recursos de subvenção e de financiamento em condições privilegiadas da Finep e do BNDES.

Em resumo, um desafio crucial para o Brasil conseguir dobrar sua renda per capita em quinze anos está relacionado com o esforço de legitimar a política industrial como um instrumento estável de promoção do desenvolvimento produtivo.

Para isso, certamente é desejável que, pelo menos de início, as iniciativas sejam bem sucedidas. Entretanto, também é preciso aqueles que têm na indústria de transformação um elemento central para sustentar o crescimento deixem de lado o discurso genérico de “reduzir a carga tributária, investir em infraestrutura, qualificar a mão de obra”, entre outras coisas, para defender que o Estado atue mais ativamente para impulsionar o empreendedorismo privado.

É preciso, por exemplo, criar as condições para que a inovação se torne um vetor da busca do lucro pelas empresas brasileiras. Nesse sentido, é imprescindível um arranjo macroeconômico mais favorável à indústria de transformação, com juros mais baixos e taxa de câmbio mais depreciada. No entanto, se deve notar que, ainda mais proveitoso do que discutir qual é o nível de equilíbrio industrial para a taxa de câmbio, é debater como o Estado pode favorecer que as empresas tenham uma postura menos avessa ao risco de buscar a autonomia corporativa.

Iniciativas como o Inova Empresa e a atuação em renda variável do BNDES merecem uma avaliação menos ideológica - o que não ocorrerá pela ótica do liberalismo econômico -, visando a alavancar suas possibilidades de uso e identificar novos instrumentos de atuação. Para tanto, precisamos mudar o disco!

## Bibliografia

- Bacha, E. (2013) – “Integrar para crescer: o Brasil na economia mundial”. Versão de 02/09/2013 de texto para sessão do Fórum Nacional de 18 e 19/09/2013. Disponível em:  
<http://iepecdg.com.br/uploads/texto/130902BACHAFNAC.pdf>
- Biancarelli, A. (2013) - “Por uma Agenda Social Desenvolvimentista para o Brasil”, In: “FPA Discute Desenvolvimento”, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, julho de 2013. Disponível em:  
<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/fpa-discute-desenvolvimento-v2-1.pdf>
- Bresser-Pereira, L.C. & Gala P. (2012) – “O novo desenvolvimentismo e apontamentos para uma macroeconomia estruturalista”. In: Oreiro, J. L., De Paula, L. F. & Basílio, F. – Macroeconomia do Desenvolvimento. Editora da UFPE, Recife. Disponível em:  
<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=5367>
- Carvalho, L. B. (2012) – “A macroeconomia da desindustrialização no Brasil”. In: Revista Teoria e Debate, nº 102, 16 de julho de 2012. Disponível em:  
<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/economia/macroeconomia-da-desindustrializacao-no-brasil?page=full>
- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES (2011) - Indicadores de Iniquidade do Sistema Tributário Nacional, Relatório de Observação nº 2. Disponível em:  
<http://www.cdes.gov.br/observatoriodaequidade/default.php>
- FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (2013) - Estratégia de potencial socioeconômico pleno para o Brasil. São Paulo.
- FIESP (2013) – Por que Reindustrializar o Brasil? São Paulo, agosto de 2013. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/por-que-reindustrializar-o-brasil/>.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2012) – “A Década Inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda”. In: Comunicados do IPEA nº 155. Disponível em:  
[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120925\\_comunicadodoipea155\\_v5.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicadodoipea155_v5.pdf)
- Mazzucato, M. (2013) – The Entrepreneurial State: Debunking Public vs Private Sector Myths. Anthem Press.
- MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2013) – Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro.